

# PREFEITURA DE ALEGRETE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Alegrete, 07 de outubro de 2022

**PARECER/PGM/847/2022**

**Consultante:** Gabinete do Prefeito

**PARCERIA – LEI 13.019/2014 –  
ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS  
DOS EXCEPCIONAIS - APAE -  
INEXIGIBILIDADE –  
POSSIBILIDADE**

## I – RELATÓRIO

---

Trata-se de pedido de parecer oriundo do Gabinete do Prefeito, por meio do Memorando GAB/PREF/326/2022, que encaminha a esta procuradoria o Plano de Trabalho e documentos referentes ao pedido de formalização de parceria com a entidade **ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**, CNPJ N° 89.510.051/0001-57, para repasse no valor de **R\$ 100.003,00 (cem mil e três reais)**, em parcela única. Tal repasse tem por objeto o auxílio ao projeto “Custeio de Serviço de Média Complexidade”.

A Lei 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, envolvendo ou não transferências de recursos, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração e fomento ou em acordos de cooperação. As organizações da sociedade civil estão identificadas no art. 2º, I da referida Lei.

Com a referida lei, foram estabelecidas requisitos de transparência, chamamento público (como regra), prestação de contas, monitoramento e avaliação, dentre outros.

Portanto, não é suficiente, apenas, a análise da pessoa jurídica de direito privado para a aplicabilidade ou não da Lei n. 13.019/2014. É necessário que se analise conjuntamente o objeto da relação jurídica mantida com o Poder Público e a natureza da

# PREFEITURA DE ALEGRETE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



instituição com a qual tal vínculo foi celebrado. Somente a partir da análise da natureza jurídica e da pessoa com a qual o Município o celebrará é que se torna viável uma cognição acurada sobre a aplicação do regime jurídico das parcerias.

Pois bem, na presente situação trazida para análise desta procuradoria, verifica-se, ante a leitura da documentação apresentada, mais especialmente em seu Estatuto Social, que a entidade postulante enquadrar-se-ia no conceito do disposto no art. 2º, inciso I, alínea “a” da Lei do Marco Regulatório, pois é entidade sem fins lucrativos e com fins não econômicos (art. 1º) que tem como finalidade principal, prevista em seu Art. 2º, do Estatuto Social, a: “*A Apae é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada (...)*”.

Importante destacar que é ressaltado pelo Memorando 066/2022, assinado pelas Senhoras Camila Corrêa Gonçalves, Gestora de Parcerias do SUAS, e Iara Caferatti Gonçalves Fagundes, Secretária de Promoção e Desenvolvimento Social, que encaminha o Plano de Trabalho destacando a urgência do projeto e origem da receita que é **proveniente da Emenda Parlamentar nº 202281000306, programação nº 43004062020001**, justificando tal urgência no prazo legal de 90 dias para o repasse à OSC.

Importante destacar que, tal recurso visa custear ações de manutenção e desenvolvimento dos serviços prestados na APAE/Alegrete, tendo por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários

Com efeito, tratando-se de organização sem fins lucrativos e, tratando-se da única entidade existente no município dedicada a cumprir a finalidade proposta, podendo assim ser utilizado o disposto no art. 31 da Lei 13.019/2014, que prevê a inexigibilidade de chamamento público, além de ser a entidade a única que poderá realizar o objeto ao qual se propõe (visto o direcionamento do recurso), dando base assim para posterior justificativa, nos termos do art. 32 e seguintes da mesma lei.

## II – CONCLUSÃO

Em razão das informações trazidas pela Gestora de Parcerias do SUAS e o previsto no Estatuto Social da entidade, o que configuraria assim a inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil para a consecução do objeto em voga, tem-se por preenchidos os requisitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, o que permite seja considerado inexigível o Chamamento Público previsto no art. 23 e seguintes do diploma citado.

# PREFEITURA DE ALEGRETE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Após a conclusão desta etapa, já com a devida publicização pertinente da respectiva justificativa, deverá ser encaminhado este procedimento ao Poder Legislativo Municipal para fins de autorização legislativa.

Com a devida aprovação, impende seguir o trâmite dos demais procedimentos previstos na Lei 13.019/2014, para, quando concluídos, ser realizada a assinatura do termo de fomento respectivo.

Por fim, sugere-se para fins de organização, seja realizada a autuação desta documentação, com a colocação de capa e inserção nesta de informações importantes (nome do projeto, nome da entidade, secretaria solicitante, valor total, por exemplo).

É o parecer, s.m.j.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Liza Arrusul Carús', written over the printed name.

**LIZA ARRUSUL CARÚS**  
Procurador-Geral do Município, em exercício.  
OAB/RS 72.480